

POVOADO DE BATALHA ENQUANTO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA NO PLANALTO DA CONQUISTA.

Tiê Santos de Almeida², Suzane Tosta Souza³

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar o povoado de batalha enquanto território de resistência no Planalto da Conquista/BA, como parte de um processo de expropriação e espoliação dos povos originários pelo capital desde sua chegada, mediante processo de Colonização, aos dias atuais – fundamentando-se na tríade desse processo de expropriação: capital, Estado e trabalho. Enquanto uma pesquisa em Geografia, compreende o território enquanto uma categoria fundamental para revelar as atrocidades do processo de expropriação dos verdadeiros ‘donos’ da terra e de posterior apropriação dessa, para que pudesse se adequar ao processo de expansão capitalista, convertendo-se a condição de mercadoria. Nessa relação, não apenas os povos originários, como também aqueles que foram trazidos da África na condição de escravos, e camponeses pobres – que foram se constituindo ao longo da História de Formação Econômica e Social brasileira, passaram a lutar pela terra de trabalho (Martins, 1981) e fomentando territórios de resistências, cuja forma de se reproduzir se contrapõe a lógica dos territórios de expansão do capital no campo, cuja expressão mais recente são os territórios do agronegócio. Em Vitória da Conquista/BA, mesmo após violenta expropriação e morte dos povos originários, conhecido na literatura local como ‘banquete da morte’, os povos originários se refugiaram, sobreviveram, e se reproduziram – inserindo e incorporando outros hábitos, a exemplo da relação com povos tradicionais que foram escravizados. O povoado de batalha pode ser compreendido nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Povos originários; Resistência; Propriedade; Terra de trabalho

POVADO DE BATALHA AS A TERRITORY OF RESISTANCE ON THE CONQUEST PLATE.

ABSTRACT

This research sought to investigate the village of Batalha as a territory of resistance in the Planalto da Conquista/BA, as part of a process of expropriation and spoliation of the original peoples by the capital since their arrival, through the process of Colonization, to the present day - based on in the triad of this expropriation process: capital, State and work. As a research in Geography, it understands territory as a fundamental category to reveal the atrocities of the

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, entidade financiadora da pesquisa.

² Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – FAPESB; Licenciando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); tiesantcs@hotmail.com.

³ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Doutorado/UFS; suzane.tosta@uesb.edu.br.

process of expropriation of the true 'owners' of the land and its subsequent appropriation, so that it could adapt to the process of capitalist expansion, becoming the condition of merchandise. In this relationship, not only the original peoples, but also those who were brought from Africa as slaves, and poor peasants - who were constituted throughout the History of Brazilian Economic and Social Formation, began to fight for land to work (Martins , 1981) and fostering territories of resistance, whose way of reproducing contradicts the logic of territories of expansion of capital in the countryside, whose most recent expression is the territories of agribusiness. In Vitória da Conquista/BA, even after violent expropriation and death of the original peoples, known in local literature as the 'death banquet', the original peoples took refuge, survived, and reproduced – inserting and incorporating other habits, such as the relationship with traditional peoples who were enslaved. The battle village can be understood in this process.

KEYWORDS: Territory; Original peoples; Resistance; Property; Working land.

INTRODUÇÃO

O processo de formação do povoado de batalha, localizado na zona rural de Vitória da Conquista/BA, enquanto território de resistência no Planalto da Conquista, tal qual outros territórios de luta frente à expropriação e exploração, espalhados por outros cantos do país, só pode ser compreendido mediante a própria formação histórica e social brasileira, marcada pelo processo de colonização e acumulação primitiva do capital direcionado aos países centrais, permanecendo em uma relação de dependência e exploração em relação aos países centrais do capitalismo até a atualidade.

Além disso, enfrenta sérios problemas sociais decorrentes de um processo de formação das classes sociais absolutamente desigual que reverberou, no campo, na extrema concentração da propriedade fundiária, no direcionamento desses aos projetos impulsionados à acumulação do capital, a exemplo do agronegócio, em detrimento das centenas e milhares de comunidades camponesas, em suas múltiplas expressões, que se reproduziram na terra, mantendo controle sobre seu território, reproduzindo seu modo de vida e cultura, mesmo diante de constantes ameaças.

O povoado de batalha, com toda sua particularidade, pode ser compreendido como parte desse processo. Os condicionantes históricos que levaram a elaboração dessa proposta de pesquisa, partem das reflexões sobre o território e o processo de reprodução de comunidades camponesas, mas, no caso da realidade em estudo, entende-se que há algumas particularidades, posto que, inicialmente trata-se de uma comunidade quilombola, mas em sua história de reprodução e resistência, está presente, também, o fato de parte desses sujeitos serem descendentes dos povos indígenas que habitaram o Planalto da Conquista e que, muito provavelmente, seus ascendentes sobreviveram ao genocídio ocorrido por ocasião do denominado banquete da morte.

Mas, ao se reproduzirem no território, estabeleceram relações com outros povos, adquirindo outros hábitos, mas sem perder suas tradições oriundas da cultura indígena. Estudar esse território de luta e resistência é o objetivo da presente pesquisa.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da referida pesquisa contou-se com três principais procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo. A pesquisa bibliográfica volta-se ao entendimento do processo de colonização e as formas de expropriação, tomadas do território e resistência dos povos indígenas.

Em paralelo a isso, buscou-se leituras sobre a reprodução e os valores camponeses, pautados na relação com a terra, o trabalho e a família. Além disso, buscamos o entendimento da produção do espaço agrário e o conceito de território como expressão dos conflitos e da resistência, bem como de enfiamento de classes, em seus projetos distintos.

Na pesquisa documental, buscou-se informações sobre o povoado de batalha, em que a série – Podcast Fatos e Vozes (conquista repórter) na plataforma Spotify conta sobre as origens históricas do território de Vitória da conquista e a dissertação de Renata Ferreira de Oliveira com o título; Índios paneleiros no planalto da conquista: Do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais (OLIVEIRA;2012) foram de fundamental importância. Ressalta-se, ainda a publicação organizada por Ednalda Padre intitulada Presença dos povos indígenas no Planalto da Conquista.

Na sequência iniciamos o contato com pessoas da comunidade, para que, através de visitas em lócus possa-se realizar entrevistas com as pessoas da comunidade, com o fito de entender suas relações históricas com os povos indígenas, sua relação com a terra e o território, seus modos de vida, relações de trabalho, dentre outras questões. Na relação entre essas etapas, espera-se obter os resultados para atender aos objetivos especificados e produzir um novo conhecimento no campo da Geografia Agrária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de compreender a resistência histórica do povoado de batalha e do atual Nordeste brasileiro, faz-se necessário uma avaliação dos processos históricos e como esse repercute na forma de reprodução dessa comunidade ao longo do tempo.

Com isso é coerente destacar que, ao aportar a sua esquadra no litoral sul da Bahia em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral além de estabelecer a conquista de uma nova colônia para Portugal, aquele delimita a chegada de um novo modo de produção e

consequentemente a modificação da realidade das populações autóctones deste espaço. Esse processo de colonização é bem elucidado por (MORAES, 2008 [2004], p.63-64):

A colônia expressa a instalação do elemento externo, do que chega àquele espaço. [...] Cada país colonizador possui a sua geopolítica metropolitana, a qual orienta a organização do espaço imperial como um todo, numa lógica na qual cada colônia aparece como parte de uma estrutura que trabalha para o centro do sistema. As características da organização sociopolítica de cada Estado projetam-se nas instituições coloniais por eles geradas, dando uma marca dinástica (depois nacional) para cada processo colonizador.

Desse modo, como mencionado por Moraes (2008), a dinâmica geopolítica do atual território brasileiro, da região Nordeste e consequentemente do povoado de batalha é fruto desse desenvolvimento colonial implantado por Portugal em seu processo de dominação. Ou seja, a necessidade de se estabelecer um “novo” sistema produtivo neste espaço colonizado é inerente ao processo de dominação política da metrópole.

Esse é um marco na história de formação geopolítica das colônias americanas, pois por um lado é possível observar a colônia de ‘*povoamento*’, ou seja, a autonomia e a criação de um mercado interno que se emancipa do poder centralizador da “metrópole” como é bem exemplificado no caso das 13 colônias norte americanas.

Por outro lado, as colônias de ‘*exploração*’, como no caso brasileiro, em que a estrutura colonial assentada no *plantation* gera concentração de terras nas mãos da classe dominante e que é financiado sobretudo pelo capital internacional, criando assim uma relação de dependência política social com a metrópole.

Diante disso, essa última forma de produção supracitada desemboca em relações de poder extremamente violentas e desumanas, a exemplo da escravização da força de trabalho indígena e africana e que “povoou” boa parte do Nordeste brasileiro, como bem mostra (MORAES, 2008 [2004]) “a *plantation* é[...] uma forma produtiva criada pela expansão da economia-mundo capitalista, que retoma o escravismo como relação básica de produção”.

Na sequência desse “quebra-cabeça” que é a formação de núcleos de resistência ao longo do território brasileiro, a exemplo do povoado de batalha no Planalto da Conquista, onde atualmente encontra-se localizado o município de Vitória da Conquista/BA, pode-se apontar que o caráter espacial da distribuição dessas comunidades conversa com a própria dinâmica histórica do Brasil e possibilita a compreensão e interpretação das mais variadas singularidades brasileiras, como bem posto por (MORAES,2008[2004], p.91):

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas[...] Portanto, em tais países a análise geográfica ilumina importantes mediações no deslindamento de suas particularidades históricas. E a história brasileira é exemplar nesse sentido.

Dito isso observa-se que os espaços geográficos” produtivos” (sob a ótica da metrópole), determinam de certo modo a dinâmica sociopolítica de todo o território colonial, pois ao passo em que se estabelecem pontos de fixações exploratórias ao longo da costa brasileira, acabam gerando espaços de “reservas”, as conhecidas hinterlândias.

Essas lacunas interioranas são exploradas pelo modo de produção capitalista na primeira metade do século XVIII, através das famosas bandeiras portuguesas. E nessa dinâmica que o nascimento de Vitória da Conquista se encontra e conseqüentemente o início de um processo de apagamento da identidade dos povos originários que ali resistiram e resistem. Como bem pontuado por (SOUSA, M. A.S,2001, p.35-36):

Pretendendo obter o mesmo êxito na região vizinha, Pedro Leolino Mariz incumbe a bandeira sob a direção de André da Rocha Pinto, em 1727, de “conquistar o sertão entre rios de Contas e Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir quilombos que fossem encontrados”.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Por fim é possível elucidar como essas comunidades constituídas historicamente permaneceram e resistiram aos diversos processos de reestruturação e dominação capitalista, permanecendo até a atualidade; inclusive muitos caíram no esquecimento e encontram-se, apenas muito recentemente, sendo redescobertos e apontados pela literatura científica.

E que isso é o que acontece com o povoado em estudo e cuja existência vem a contrariar a tese dominante de que os povos originários foram exterminados, que desapareceram. Daí, para nós a importância da relação desses com o território, o que propiciou que esses se reproduzissem ao longo do tempo, em sua relação com a terra e a reprodução do modo de vida.

É importante ressaltar que esses também se misturam com outros povos que também sofreram processos de expropriação – como negros escravizados e mesmo camponeses.

De modo que a geografia agrária possa pontuar a relação desses com a terra, o trabalho na terra, em que na relação com outros povos, também faz desses camponeses, mesmo considerando todas as especificidades no processo de reprodução da vida, ainda que permaneçam vários de seus costumes e tradições, de uma cultura que, mesmo com toda tentativa de apagamento, permanece e produz esse referido território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008 [2004].
2. LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (Doutorado em Geografia). UFS, São Cristóvão, 2007.
3. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene e Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 [1977].
4. SILVA, Edilson Vieira da; FIALHO, Aline Farias; NOVAIS, Weldon Pereira Silva de; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SOUZA, Suzane Tosta. A construção da FIOLE em Tanhaçu/BA: das políticas de (des)envolvimento do Estado e territorialização do capital à desapropriação do camponato. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. (Org.). **O Capital e a ocupação de terras/territórios**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.
5. MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894.
Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
6. SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso hegemônico do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.
7. SOUZA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca**. povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista:UESB,2001.
8. OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneleiros no planalto da conquista: Do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais**. Salvador:UFBA,2012.